



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

Amanda Kelly Gonçalves Brasileiro

**Movimento e Agroecologia:** caminhos de construção do eu-educadora

Recife - PE

2025

Amanda Kelly Gonçalves Brasileiro

**Movimento e Agroecologia: caminhos de construção do eu-educadora**

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Memorial submetido ao curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Agroecologia

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia de Lima Silva

Recife - PE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B823mm Brasileiro, Amanda Kelly Gonçalves  
Movimento e Agroecologia:: caminhos de construção do eu-educadora / Amanda Kelly Gonçalves  
Brasileiro. - 2025.  
42 f. : il.

Orientadora: Ana Claudia de Lima Silva.  
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, , Recife,  
2025.

1. MST. 2. Educação. 3. Extensão rural agroecológica. I. Silva, Ana Claudia de Lima, orient. II. Título

CDD

---

Amanda Kelly Gonçalves Brasileiro

**Movimento e Agroecologia: caminhos de construção do eu-educadora**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharela e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.

Recife/PE, 15 de Abril de 2025.



Profa. Dra. Maria Virgínia de Almeida Aguiar  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/DED  
Coordenação do Curso

**Banca examinadora**



Profa. Dra. Ana Cláudia de Lima Silva  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/DED  
Orientadora



Prof. Dr. Marcos Antônio Bezerra Figueiredo  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/DED



Prof. Me. Elmir Bezerra de Lima  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/DED

Recife-PE, 2025

À minha raiz, Mariliza Moreira Lins (em memória),  
À minha rama, Luanda Crespo Gonçalves Brasileiro.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus e a Jurema Sagrada pela força e sustento durante esta caminhada e transformação.

À minha família, minha mãe Cristiana e meu companheiro José Guilherme por todo suporte e amor.

À minha orientadora Ana Cláudia de Lima Silva, pelo cuidado e acolhimento, pelo ânimo, pela confiança e estímulo.

Aos bacepianos do passado, do presente e do futuro pela resiliência e sonhar coletivo. Que possamos continuar enramando em pedrarias.

Agradeço a todo corpo docente pela oportunidade do processo formativo humano e sensível refletida em grandes exemplos da prática pedagógica.

Ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, em nome de Tamar Rosa Bezerra, camponesa que me inspira e ensina a lutar.

Agradeço a todas as famílias camponesas que em seus saberes e encantarias me religaram à minha identidade.

## RESUMO

Este memorial apresenta a minha trajetória durante a formação no Bacharelado em Agroecologia Campesinato e Educação Popular, da Universidade Federal Rural de Pernambuco no período de 2019-2024. Por meio de uma análise reflexiva e utilizando de registros escritos/fotográficos por mim sistematizados durante aulas, pesquisas de campo, imersões e culminâncias, desenvolvo minha caminhada no curso a partir do enfoque nos etnoagroecossistemas adotados. Para aprofundar o percurso de formação, busco passar por cada eixo temático do curso, destacando os acontecimentos mais importantes e em formato de linha do tempo, contemplo todos os períodos, do primeiro ao oitavo, refletindo acerca das temáticas abordadas: Extensão Rural Agroecológica e Movimentos Sociais e Agroecologia. A partir dos caminhos que encontrei, faço a relação entre as temáticas de aprofundamento e a minha construção enquanto agroecóloga-educadora, trazendo para o texto a minha participação no movimento social e em projetos de extensão universitária.

**Palavras-chave:** MST; Educação; Extensão rural agroecológica.

## **ABSTRACT**

This memorial presents my trajectory during my studies in the Bachelor's Degree in Agroecology, Peasantry and Popular Education, at the Universidade Federal Rural Pernambuco, from 2019 to 2024. Through a reflective analysis and using written/photographic records that I systematized during classes, field research, immersions and culminations, I develop my journey in the course focusing on the adopted ethnoagroecosystems. To deepen the course formation, I seek to go through each thematic axis of the course, highlighting the most important events and, in a timeline format, I contemplate all the periods, from the first to the eighth, reflecting on the themes addressed: Agroecological Rural Extension and Social Movements and Agroecology. Based on the paths I found, I make the connection between the themes of deepening and my construction as an agroecologist-educator, bringing to the text my participation in the social movement and in university extension projects.

**Keywords:** MST; Education; Agroecological rural extension.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sítio Canoah	18
Figura 2 – Entrevista sobre a agrobiodiversidade	23
Figura 3 – Construção do mapa do etnoagroecossistema familiar	25
Figura 4 – A trilha ecológica	28
Figura 5 – Sistema agroflorestal	31

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ALF	Agente Local de Formação
BACEP	Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERA-NE	Encontro Regional de Agroecologia do Nordeste
EAV	Espaço Agroecológico da Várzea
ESO	Estágio Supervisionado Obrigatório
EFAPA	Escola Família Agrícola Padre André
ERA	Extensão Rural Agroecológica
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MCP	Movimento Camponês Popular
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEPPAG	Núcleo de Educação, Pesquisas e Práticas em Agroecologia e Geografia
NAC	Núcleo de Agroecologia e Campesinato
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PROFOREXT	Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária e Contribuições para Agenda 2030
PRONERA	Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
REFAISA	Rede de Escolas Famílias Agrícolas do Semiárido
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
SAF	Sistema Agroflorestal
SENASEC	Seminário Nacional da Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas
SINDICAPE	Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-açúcar de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UPE	Universidade de Pernambuco
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNEFAB	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
VU	Vivência Universidade
VRC	Vivência Realidade Campo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>16</b>
2.1	LINHA DO TEMPO	16
2.1.1	Etnoagroecossistema 1: Sítio Canoah	17
2.1.2	Etnoagroecossistema 2: Sítio dos Pimentas	19
2.1.3	Etnoagroecossistema 3: Espaço Agroecológico da Várzea	22
2.1.4	Etnoagroecossistema 4: Família do amigo Benoni	24
2.1.5	Etnoagroecossistema 5: Movimento Sem Terra	25
2.1.6	Estágio Supervisionado Obrigatório	34
2.1.6.1	ESO I - Escola Família Agrícola Padre André - EFAPA	34
2.1.6.2	ESO II - Programa Nacional de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural - Sementes da Mata	36
2.2	TEMÁTICAS DE APROFUNDAMENTO	37
2.2.1	Movimento Social e Agroecologia	37
2.2.2	Extensão rural agroecológica	39
<b>3</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Eu me chamo Amanda Kelly Gonçalves Brasileiro, sou uma jovem mulher negra, nascida e crescida no bairro da Imbiribeira, zona Sul da cidade do Recife. Para enredar o fio da história do meu encontro com a agroecologia, é preciso voltar no tempo e falar da minha ancestral mais próxima, minha avó paterna Mariliza. Seu pai Manoel era agricultor natural do distrito Branquinha, em Murici - Alagoas. Chegou em Pernambuco para trabalhar na Usina Treze de Maio, em Palmares, Zona da Mata Sul. Foi no Engenho São João da Prata que minha avó cresceu, às margens do rio Una, seu pai enquanto trabalhador da Usina, plantava na terra arrendada<sup>1</sup>: feijões, hortaliças, raízes... A minha avó aprendia, junto do seu pai, a prática do roçado, gostava de ver o broto nascer e o resultado do processo: colher para comer.

Quando cresceu, foi estudar no ginásio na cidade de Palmares, conheceu meu avô Luiz logo se casou. Após dois filhos e três filhas nascidas, se divorciaram e minha avó mudou-se para a casa do Recife, comprada pelo meu avô e cedida a ela. Ainda que na capital, a casa dispunha de um grande espaço na área da frente e quintal, onde minha avó plantou diferentes árvores frutíferas, raízes e hortaliças. Além disso, criava galinhas, patos e porco. Tenho recordações do galinheiro e de pegar ovos de manhã cedo, servir as galinhas com as sobras de cuscuz do café, correr dos patos bravos que gostavam de bicar a canela de criança, pegar na pimenta ardida e chorar muito, brincar embaixo da mangueira e da aceroleira com meu irmão e primos e colher muitas frutas na época. Assim fui me inserindo nas atividades de quintal com minha avó, a via botar semente na terra e o brotar sempre certo de diferentes espécies de plantas.

Ao longo do tempo, o quintal de terra foi reformado devido a “sujeira” que causava dentro de casa, restando alguns canteiros para minha avó plantar. Durante a infância estudei nas escolas públicas do bairro da Imbiribeira, sempre foi do meu interesse a leitura e escrita, acredito que pelo estímulo que recebia de minha mãe e minha avó. Foi no ensino fundamental que despertei o interesse em ser professora de Geografia. Me chamava a atenção a ideia de ambiente, território, sociedade, a Terra, suas dimensões e sua ciência. Então, ao realizar o Exame Nacional do Ensino

---

<sup>1</sup> O arrendamento de terras é uma forma de acesso a terras para atividades rurais, onde a pessoa arrendatária paga pelo uso da terra a pessoa arrendadora.

Médio (ENEM), optei por estudar Licenciatura em Geografia. Me dediquei bastante durante o ano do vestibular para ingressar em uma universidade pública, pois sabia que não teria condições de financiar meus estudos em uma instituição privada. Após realizar a prova do ENEM, optei apenas pelo curso de Geografia e tive aprovação nas três Instituições que estava concorrendo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade de Pernambuco (UPE).

Iniciei meus estudos na UFPE no ano de 2015, logo após concluir o Ensino Médio. Parecia um sonho ingressar no Ensino Superior em uma instituição pública, entretanto, tive que encarar diante de mim uma realidade completamente desconhecida. No começo da graduação estava muito animada para mergulhar no processo de formação em licenciatura, estudar geografia me permitiu conhecer muitos territórios, principalmente nas atividades de campo. Visitei várias experiências ao viajar para lugares e seus diferentes biomas e aprofundi de forma prática os conceitos estudados em sala de aula.

Em 2017, enquanto estudava a disciplina de Geografia Agrária, foi que ouvi pela primeira vez o termo Agroecologia, ainda que sem aprofundamento. Naquele mesmo ano comecei a pesquisar mais sobre o conceito, e fui ao XVI Encontro Regional de Agroecologia do Nordeste (ERA-NE), na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no município de Rio Largo, onde está localizado o Centro de Engenharias e Ciências Agrárias da universidade. Naquele ano, o tema do evento foi: “Na rota do Velho Chico: A Agroecologia e os Movimentos Sociais na luta contra as opressões no Campo e na Academia”. Lá, tive a oportunidade de conhecer o conceito através de várias experiências do Nordeste e até mesmo do país.

Retornei para Pernambuco e para a graduação em Geografia com muitas inspirações acerca dos conhecimentos em Agroecologia, ainda que não houvesse um curso ou graduação no estado. No entanto, após um tempo, no sexto semestre da graduação, o curso já não estava fazendo sentido diante da minha projeção profissional. A forma com a qual estudava Educação, o processo de aprendizagem e avaliação da educação formal - que me foi apresentada no departamento - parecia engessada e pouco estimulante. Não queria seguir esse caminho.

Neste período da minha vida (2018), já aos 21 anos, fui morar no bairro da Várzea, o mesmo bairro em que a UFPE está localizada. Estava trabalhando na

área administrativa de uma indústria de produção de embalagens de vidro, bem próximo à universidade, e o dinheiro que recebia na época me permitiu alugar uma casa com uma amiga e facilitar a logística de estudo e trabalho.

No primeiro período de 2019 (2019.1), ainda que desestimulada, estava mantendo os estudos, parecia que algo estava prestes a acontecer... Neste momento durante o curso, tive a felicidade de cursar a disciplina optativa de Agroecologia, ministrada pela professora Dra. Mônica Cox<sup>2</sup>. Neste período também encontrei o Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG Ayni<sup>3</sup>), coordenado também pela mesma professora. No NEPPAG, tive a oportunidade de ter acesso a vários textos e autores/as que abordavam a Agroecologia. Já na disciplina optativa de Agroecologia eu tive a oportunidade de mergulhar nos debates e experiências para além das aulas, nos saberes populares dos povos camponeses.

A partir da viagem de campo da disciplina, que foi realizada ao Sertão do Pajeú - PE, conheci um pouco da prática dos saberes ancestrais do povo sertanejo. Foi nesta viagem que eu conheci o casal de agricultores Alexandre e Soledade. Através da visita a esta família algo mudou em mim. Não sei bem se fui tocada pela diversidade de sementes, pela história de resistência ou pelo incentivo de coragem transpassado por Soledade a todas as mulheres da turma, que me fizeram enxergar o meu verdadeiro trilhar, mesmo ainda sem saber como iniciar esse percurso, tendo a coragem de abandonar aquilo que não mais me enchia os olhos e a alma.

Um certo dia, após esse evento, encontrei a divulgação do novo curso de Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (BACEP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e para minha surpresa a inscrição era feita a partir de um edital específico, onde eu poderia usar a nota do último ENEM realizado. Me inscrevi naquele dia e após duas chamadas de ingressantes, vi que meu nome estava na terceira chamada de aprovados na primeira turma do BACEP. A matrícula seria no dia seguinte, corri muito para reunir toda a documentação necessária já que eu entrei por cotas (racial e renda), dei entrada no cancelamento da minha graduação na UFPE e realizei a inscrição

---

<sup>2</sup> Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>3</sup> Ayni é uma palavra quechua que significa cooperação e solidariedade. É também uma forma de viver baseada na reciprocidade e na ajuda mútua.

presencial no semestre de 2019.2. Estaria dando início a uma jornada de autoconhecimento, ao encontro com meu propósito e com a história da minha ancestralidade.

Busco através deste memorial acadêmico compartilhar sobre a minha trajetória durante a graduação no Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular da Universidade Federal Rural de Pernambuco durante o período de 2019-2025.

Para a escrita deste memorial acadêmico utilizo meus registros realizados em anotações, textos, relatórios, caderno de campo, construção de culminâncias e gravações, e guio meu percurso através dos etnoagroecossistemas adotados durante a minha formação, sendo: Sítio Canoah, Sítio dos Pimentas, Espaço Agroecológico da Várzea, Família do Benoni e Acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Através de uma linha do tempo, trago as atividades realizadas durante as aulas e imersões do curso; nas minhas vivências realidade-campo, no Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) I, realizado na Escola Família Agrícola Padre André (EFAPA), e durante o ESO II, e no Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária e Contribuições para Agenda 2030 (PROFOR-EXT), onde tive a oportunidade de experimentar na prática o fazer agroecológico por meio da aplicação de metodologias participativas em diversos territórios.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 LINHA DO TEMPO

O Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (BACEP), é um curso em pedagogia de alternância. Isso significa que parte do tempo da aprendizagem é o que denominamos Vivência Universidade (VU), com aulas práticas e teóricas fora e em sala de aula, no período de uma semana. Outra parte da aprendizagem é desenvolvida nas outras três semanas do mês, a partir das atividades realizadas no território que os estudantes se relacionam e adotam como seus etnoagroecossistemas, que denominamos Vivência Realidade Campo (VRC).

O etnoagroecossistema é o território de vivência utilizado para análise dos estudantes durante a formação. É nele onde se constroi a vida na terra com a família e/ou sujeitos envolvidos. É onde se encontram, desenvolve e aprofunda os conhecimentos construídos, sempre dentro de uma perspectiva holística, alinhado com a metodologia e temáticas propostas pelo curso. Sendo assim, os etnoagroecossistemas possuem uma centralidade na formação, tendo em vista que ao longo dos anos de estudo, aprofundamos o nível de relação com esta unidade de análise, desenvolvendo uma graduação rica no ensino, na pesquisa e na extensão, incorporando as diferentes realidades presentes.

Utilizo meus etnoagroecossistemas adotados para tecer a linha do tempo da minha formação durante o BACEP. É a partir deles, que mergulho nas práticas vivenciadas durante o curso, conhecendo os diferentes lugares, paisagens, famílias, sujeitos e suas perspectivas que contribuíram para o aprofundamento da minha experiência. Encontrei diversos desafios em relação à permanência em um território durante os semestres, enfrentando algumas lacunas que pude perceber quando finalmente consegui fixar meu etnoagroecossistema e que serão descritas durante o texto.

### 2.1.1 Etnoagroecossistema 1: Sítio Canoah

Ao iniciar o curso na turma Gabriel Felipe<sup>4</sup>, encontrei um mar de possibilidades e inspirações. Uma turma repleta de estudantes vindo de diferentes lugares do Nordeste, trazendo grandes bagagens de experiência nos Movimentos Sociais, na Agroecologia e na Educação Popular. Eu continuava morando na Várzea, na comunidade da Vila das Cachorras e não tinha um território onde aprofundar os conhecimentos - não tinha meu etnoagroecossistema definido, o que me fez sentir um pouco perdida. Era agosto de 2019, eu havia acabado de abandonar a graduação em Geografia na UFPE e iniciava um novo caminho. Confesso que senti insegurança por não ter conhecimento dos conceitos e técnicas que iríamos vivenciar no primeiro período, entre tanta gente com diferentes experiências na área.

O eixo temático do semestre era “Conhecer o etnoagroecossistema” e contemplava algumas temáticas que foram indispensáveis para adentrar nos conceitos iniciais para o conhecimento básico em Agroecologia. Precisamos realizar a construção de um relatório sobre o município de atuação, direcionando o olhar para o etnoagroecossistema adotado, analisando-o assim da escala maior para menor. Foi neste momento que compreendi a importância do etnoagroecossistema, anteriormente pensei que poderia adotar etnoagroecossistema de dona Soledade e seu Alexandre, que eu havia conhecido em Triunfo - PE, na viagem de campo que havia feito na disciplina optativa de Agroecologia, ainda no curso de Licenciatura em Geografia. Apenas depois compreendi que na realidade eu não teria condições financeiras de estar vivenciando a VRC neste território.

Então fui orientada a adotar um etnoagroecossistema que fosse viável de acompanhar, próximo a mim e a minha realidade, independente se eu tivesse uma vivência no urbano. Foi então que fui convidada a compartilhar o etnoagroecossistema com o meu colega de turma, João Pedro, ele fazia parte de um coletivo de agricultura urbana que realizava atividades no bairro da Várzea, o Coletivo Kapi'Wara.

---

<sup>4</sup> Nome dado à primeira turma de formandos do BACEP, homenagem ao amigo de turma (em memória).

O Kapiwara foi um coletivo<sup>5</sup> e atualmente é uma Associação que atua no bairro da Várzea e em outras localidades com experiências de hortas urbanas e compostagem, como é o caso da comunidade Entrapulso, no bairro de Boa Viagem, zona sul do Recife. O coletivo surgiu a partir do sonho de pessoas formadas, estudantes do curso Técnico em Agroecologia do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), em Glória de Goitá, e outros profissionais da área que vivem na Várzea e em outros bairros de Recife, de cultivar territórios saudáveis nas matas, nos rios e cidades, através da Agroecologia.

A partir dessa parceria e me inserindo no Coletivo Kapi'Wara, pude participar de mutirões no Sítio Canoah (Figura 1), do Mestre Nego (mestre de capoeira), às margens do Rio Capibaribe. O território do Canoah tem relação direta com a Associação Kapi'Wara, que na época da minha aproximação era um Coletivo. O sítio era sede para diversas ações, especialmente no primeiro projeto aprovado "Rede para Transição Agroecológica nas Cidades". Os integrantes realizam atividades práticas, como plantios, bioconstruções, manejos em geral e foi neste etnoagroecossistema onde realizei minhas atividades durante o primeiro período do curso.

Figura 1 – Sítio Canoah.



Fonte: Autoria própria (2019).

A Várzea é terra fértil, cultivada dentro de cada pessoa que lá vive e pode-se comprovar nas expressões artísticas de cada canto dessa localidade. Ainda que com diversas dicotomias presentes entre as vivências na periferia e no centro do

---

<sup>5</sup> Coletivo é o termo que se aplica a grupos de pessoas que se reúnem para desempenhar atividades ou projetos em conjunto, geralmente com objetivos sociais, políticos e culturais.

bairro, percebia-se que o movimento agroecológico vivia uma crescente.

Pude observar neste semestre, dentro de uma perspectiva analítica e crítica, que todos os etnoagroecossistemas, por mais diferentes que fossem, entre o rural e o urbano presentes em nossa turma, teriam seus desafios e suas potencialidades. Estaria eu compreendendo um pouco mais da Agroecologia? Fui descobrindo que sim...

Durante a imersão realizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, conhecemos a feira orgânica de Tamandaré, que abriu meus olhos para vislumbrar o potencial das feiras agroecológicas e a importância da agricultura familiar na garantia do acesso à alimentos de qualidade em contextos urbanos. A partir desta vivência, pude perceber a importância de frequentar o Espaço Agroecológico da Várzea (EAV), que havia sido inaugurado no ano anterior (2018).

Ainda durante este semestre, pudemos vivenciar o XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), que foi realizado em Sergipe. Toda a turma pôde participar do evento e este momento garantiu que eu pudesse aprofundar meu conhecimento sobre Agroecologia nas cidades e no campo. Pude participar de palestras importantíssimas que traziam a perspectiva popular e ancestral acerca do conceito em Agroecologia, que seria imprescindível para considerar o caminho a trilhar no curso ao me aprofundar nessa ciência.

### **2.1.2 Etnoagroecossistema 2: Sítio dos Pimentas**

O segundo semestre também compõe o eixo temático Conhecer o etnoagroecossistema. Entretanto, neste momento o objetivo foi diagnosticá-lo. Logo após nossa imersão na Zona da Mata Norte de Pernambuco, nos deparamos com a pandemia da COVID-19 e a obrigatoriedade do isolamento social.

Apesar disso, o semestre foi mantido de forma remota e, tendo em vista a impossibilidade de frequentar outros lugares, tive que adotar o espaço que eu morava enquanto meu novo etnoagroecossistema: a minha casa e minha comunidade, o Sítio dos Pimentas ou Vila das Cachorras.

A casa onde eu morava ficava dentro da comunidade, na fronteira com a mata e tinha um quintal repleto de plantas que dividimos com outra vizinha, na época. Naquele semestre, estávamos aprofundando o conhecimento sobre o campesinato e

foi marcante para mim estudar sobre ele. Primeiramente porque eu acreditava que tinha um certo grau de relação com o campesinato, mas àquela época, na primeira turma do curso, essa ideia estava pouco madura. Então, quando nós, estudantes do território Recife, levamos este novo olhar para o campesinato e seus modos de vida, foi uma grande revolução na construção do conhecimento sobre este conceito no curso, sob uma perspectiva urbana. Nesse sentido:

Na Agroecologia a unidade de análise, portanto, de observação e ação, são os agroecossistemas, cuja delimitação é estabelecida por quem analisa. Pode ser um roçado, um quintal, assentamento, manguezal, morro, território ou mesmo uma região, por exemplo, o semiárido. Também, podem ser os morros. Terreiros de cultos africanos. Matas. Agricultura urbana. Telhados verdes. E, principalmente pela sua extensão, os mangues. Existem muitas possibilidades. Cada caso é um caso, que precisa aprofundar, conhecer e compreender para, efetivamente se poder desenvolver ações sustentáveis (Lima, 2020, p.3).

Assim, pude entender que o modo de vida está profundamente ligado à identidade, à cultura e à ancestralidade. Ao ocupar as periferias, as famílias não abandonam seus modos de ser e viver no território. Isso se dá pelo reconhecimento de suas subjetividades, mesmo que inconscientes, presentes no olhar e no fazer. Então, conseguia ver através da janela da minha casa, do meu agroecossistema, muitas experiências e histórias de camponeses em contextos periféricos. Ao ver vizinhos criando bodes, cabras e galinhas em seus quintais, variadas árvores frutíferas, pequenas hortas, a comunidade se reconstituindo, com suas subjetividades e culturas impregnadas, adaptando-se e resistentes em suas formas de ocupar e habitar a cidade — resquícios e memórias de um lugar marcado por ruralidades.

Neste sentido, o campesinato é o ator central desse processo (ainda que não seja o único), como um segmento social e histórico portador de capacidade de adaptação e resistência nas sociedades contemporâneas, para lidar com uma lógica hegemônica predatória nas relações com a natureza. O campesinato se configura como umas das expressões da diversidade do campo brasileiro, que articula terra-trabalho-família em relações de interconhecimento, de coprodução e autogestão com a natureza. Ora é desterritorializado, perdendo a terra e o território (descampesinação), ora (re)conquista a terra e as condições de produção e vida no campo (recampesinação) (PPC, 2023).

Assim, as ruralidades se manifestam em relações próximas, de vizinhança, que dizem respeito à vida cotidiana, à apropriação da natureza que existe ao redor, marcada por sentimentos de pertencimento, comunidade, coletividade e afetividade. Isso tudo nos remonta características do que chamamos de campesinato, que garante a reprodução da sua cultura pela relação com o espaço e com as pessoas que compõem esses territórios.

Essas práticas estão dispersas pelas cidades, nas brechas que existem no estrangulamento da vida no urbano. Contudo, o conceito de campesinato foi marcante para a construção da minha perspectiva de atuação e da minha continuidade de formação enquanto educadora agroecóloga, rompendo paradigmas que não imaginava superar. Dessa forma, houve uma elevação da autoestima e maior segurança para seguir a formação dentro do contexto urbano.

Passado mais um semestre, a pandemia conservava a solidão e o afastamento das pessoas. Eu tentava sobreviver financeiramente no aluguel e continuar a caminhada na graduação. Foi nesse momento que houve a ocupação de um território localizado no início da comunidade do Sítio dos Pimentas, onde eu morava. Assim que eu soube, fui conhecer o movimento que se instalava tão perto de mim.

Nesse contexto, comecei a frequentar a ocupação para ajudar as famílias na limpeza do terreno, no suporte da alimentação na cozinha comunitária, na construção dos barracos de madeira, entre outras atividades realizadas. A Ocupação Agroecológica Kilombo Capibaribe começava a movimentar uma dinâmica de autogestão a partir da divisão de grupos de trabalho e naturalmente eu fui me inserindo neste espaço. Era uma troca: à medida que eu frequentava o espaço para dar suporte, também aprendia com as famílias sobre confiança, luta e resistência. Num certo momento, eu consegui concorrer a um lote de terra que havia disponível e, através de votação em assembleia, consegui! Foi uma época onde precisei me fazer presente na ocupação e garantir a permanência da ocupação. Pude participar de diversas reuniões para tomada de decisão e me dediquei profundamente à construção da minha primeira casa.

O semestre continuava remoto e eu tentava acompanhar as aulas virtuais à medida em que desenvolvia as atividades na ocupação. Como as atividades eram braçais, eu terminava ficando muito cansada e perdendo as aulas. Reprovei por

faltas e acabei deixando a minha turma de origem, foi um momento muito difícil para mim, muitos sentimentos me tomavam acerca da escolha de garantir o acesso a terra e priorizar isso naquele momento: o sonho de poder construir minha casa própria.

### **2.1.3 Etnoagroecossistema 3: Espaço Agroecológico da Várzea**

Após um semestre sem aulas no BACEP, retornei para cursar o eixo “Planejamento no etnoagroecossistema” na segunda turma do curso, de forma presencial. Havia acabado de passar por um portal do tempo após ter perdido a minha avó Mariliza devido a sua internação pela COVID-19. Estava sentida de todo o luto mas eu não desisti de retomar a caminhada da graduação de Agroecologia.

Havia voltado para a casa da minha família, na Imbiribeira, para ficar mais próxima da minha mãe - que passou a morar sozinha - e frequentemente estava na ocupação Kilombo Capibaribe para cuidar da minha casa. Retornar ao curso foi um processo de readaptação: conhecer as novas pessoas da turma, me aproximar, ganhar confiança e me sentir confortável com o novo ambiente. Além disso, não pude participar da Imersão que foi realizada aos Sertões - a primeira realizada presencialmente nesta turma - pois havia contraído COVID-19, impossibilitando minha participação. Esse foi um grande desafio para mim pois como todo o semestre acabamos aprofundando as experiências conhecidas durante a Imersão, durante as discussões sobre as temáticas que estavam sendo realizadas posteriormente em sala, eu sentia que estava muito distante, afetando o desenvolvimento dos conhecimentos.

Devido a todas essas mudanças, eu estava sem um etnoagroecossistema novamente, então o Espaço Agroecológico da Várzea (EAV) se mostrou uma alternativa viável para acompanhamento para mim e outros colegas da turma. Passei a realizar as pesquisas através de duas famílias feirantes: uma de um casal de agricultores e outra de um jovem agricultor.

Estávamos estudando a temática de *Agrobiodiversidade*, tendo como objetivo central da atividade mapear a diversidade presente nas barracas do EAV através do acompanhamento, da observação e da realização de entrevistas (Figura 2). Buscamos entender a logística de planejamento da produção animal e vegetal das

famílias, identificando a dinâmica para a comercialização nas feiras do Recife e também de autoconsumo, além de entender como realizavam seus planejamentos e toda a divisão do trabalho realizado em cada agroecossistema. Além de também compreender a relação destes feirantes com a associação a qual faziam parte, a importância de estar dentro de processos grupais que favorecessem a organização e planejamento participativo de cada família.

No diálogo com a temática de *Planejamento Participativo*, pude realizar, junto com o casal de agricultores que acompanhava, uma proposta metodológica de diagnóstico a partir da ferramenta mapa dos sonhos, do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que estávamos estudando. Essa experimentação foi feita de forma a desenhar um mapa da realidade existente no agroecossistema no presente e um outro mapa do sonho: em um tempo de cinco anos, como a família gostaria que estivesse o seu etnoagroecossistema. O que gostariam de inserir? O que preferiram retirar? Fui redesenhando esses desejos numa cartolina a partir do que eles me relataram através da entrevista.

Figura 2 – Entrevista sobre a agrobiodiversidade.



Fonte: Autoria própria (2021).

Encontrei diferentes desafios neste acompanhamento, devido à falta de tempo para realizar e aprofundar as entrevistas. Não havia espaço para a construção de uma confiança apenas naquele momento de entrevistas na feira, por vezes sentia que atrapalhava as vendas e isso causava um certo desconforto. Percebi que neste semestre me deparei com muitas lacunas na construção do conhecimento das temáticas, não conseguia aprofundá-las pela ínfima relação que tinha com os sujeitos em questão, com seus etnoagroecossistemas, portanto finalizei o período com o objetivo de encontrar um novo lugar de análise.

#### **2.1.4 Etnoagroecossistema 4: Família do amigo Benoni**

No quarto período, estudamos a partir do eixo “Planejamento e Ação na transformação dos Etnoagroecossistemas”, as temáticas de *Agroecossistema Animal e Vegetal, Redesenho dos Etnoagroecossistemas, Expressões Culturais e Alimentação e Sociedade, Educação do Campo e Movimentos Sociais e Construção do conhecimento camponês e camponesa e Feminismo*.

Como a experiência no EAV não tinha avançado para uma relação mais próxima da dinâmica das famílias, acabei iniciando um acompanhamento da família de um dos meus colegas de curso, Benoni Codácio, àquela época, ainda estudante do sexto período do curso, a fim de não ficar sem realizar as pesquisas propostas naquele eixo temático.

O etnoagroecossistema localizado no bairro Jaguaribe/ Arthur Lundgren I, no município de Paulista, Região Metropolitana de Recife. Era um lugar espaçoso, arborizado, com hortaliças, sistema agroflorestal, mata, reservatório de água, tanque de criação de peixes ornamentais, galinheiro e apiário.

A pesquisa foi realizada através de visitação e roda de diálogos com a família, fizeram parte da pesquisa participativa de campo: Benoni, Elza (mãe de Benoni), José Codácio (pai de Benoni), Euza (tia de Benoni), Leia (irmã de Benoni), Iranildo (cunhado de Benoni) e Jonatas (sobrinho de Benoni) e Emily, estudante da turma.

Nesse período, estudei sobre a ferramenta Planejamento Participativo, que para mim é determinante para iniciar qualquer intervenção. Infelizmente, não consegui experienciar a atividade proposta para esta temática, devido às questões ligadas à logística. Porém, acessei este conhecimento adquirido teoricamente mais

tarde, nas minhas ações de estágio em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária e Contribuições para Agenda 2030 (PROFOREXT). Portanto, no acompanhamento deste etnoagroecossistema, consegui realizar apenas o mapa do agroecossistema para visualizar e construirmos a tabela de cultivo vegetal e criação animal dos subsistemas presentes no etnoagroecossistema da família, conforme figura 3.

Figura 3 – Construção do mapa do etnoagroecossistema familiar.



Fonte: Autoria própria (2022).

Este semestre foi um grande atravessamento na minha formação, pois, a partir das temáticas de Educação do Campo e Movimentos Sociais, a minha caminhada no curso estaria enveredando por uma grande mudança, acessando lugares e vivências que não poderia imaginar.

### **2.1.5 Etnoagroecossistema 5: Movimento Sem Terra**

Antes de iniciar o novo semestre no ano de 2023, tive a oportunidade de participar de uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). Fui convidada a somar na ocupação de um latifúndio na Zona da Mata Norte de Pernambuco, no município de Glória do Goitá, durante as ações do Abril Vermelho<sup>6</sup>.

O MST é um dos maiores movimentos sociais da América Latina, fundado em 1984, com o objetivo central de lutar pela reforma agrária, justiça social e

<sup>6</sup> Durante todo o mês de abril o MST realiza a Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária, organizada em todo o país, para reafirmar a centralidade da luta pela terra no Brasil e a importância de implantar um projeto de Reforma Agrária para desenvolver o campo, produzir alimentos saudáveis e combater à fome.

transformação das condições de vida no campo. Organizado de forma autônoma, democrática e participativa, o MST atua por meio da ocupação de terras improdutivas, pressionando o Estado brasileiro a desapropriar a terra para fins de reforma agrária, fazendo cumprir a função social da terra, conforme previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Entramos para ocupar o território da antiga Fazenda Boa Esperança, na madrugada do sábado de 15 de abril de 2023. O território ocupado de antigo latifúndio improdutivo, tem um longo histórico de monocultivo de cana-de-açúcar, seguido de pastagem para criação de gado de corte e posterior abandono, com consecutivas queimadas anuais. Foi nesta situação que chegamos no território para ocupar. Eu e meu companheiro, ambos estudantes, sem experiências em movimentos sociais do campo, mas repletos de vontade de somar com nossas potencialidades. Isso foi logo percebido pela coordenação da Regional responsável pela ocupação.

Possuíam diferentes perfis de famílias acampadas nesta ocupação. Havia aqueles que foram para morar definitivamente, com tudo que tinham, aqueles que podiam se fazer presentes apenas alguns dias da semana e nós, que pela condição de estudantes, conseguimos estar na ocupação e nas articulações durante os finais de semana e feriados.

Como nesse momento inicial estávamos nas férias universitárias, passamos algumas semanas imersos no território, conhecendo, identificando e organizando o povo. A esta altura já tínhamos nos envolvido nos processos organizativos, assumindo alguns setores<sup>7</sup> da ocupação: educação, produção e coordenação. Eu observava o MST com tanta bagagem e estruturas já desenvolvidas, com camponeses e camponesas calejados da luta, mas vívidos de resistência pela terra, pela sua liberdade, com o sonho de produzir alimentos, reproduzir a vida e garantir o futuro de suas gerações.

Iniciei o quinto período com outro gás, sentia que a partir da vivência que estava tendo na ocupação, conseguia acessar as mais profundas dimensões da agroecologia (social, política, técnico-produtiva, cultural, econômica).

Estávamos adentrando no eixo "Ação no EtnoAgroecossistema" a partir de

---

<sup>7</sup> Os setores do MST são grupos de trabalho definidos para organizar local e nacionalmente as ações de acordo com as necessidades de cada realidade.

uma metodologia participativa de ação-reflexão-ação, de um movimento do agir crítico e consciente com a comunidade, para propor uma nova prática transformadora em Agroecologia.

Durante o semestre em que nos debruçamos sobre as temáticas *Estilos de agricultura sustentável*, *Manejo ecológico de sistemas agroflorestais* e *Manejo de ecossistemas*, propus como atividade prática, a realização de uma Trilha Ecológica, inspirada na metodologia vivenciada na primeira VU. Essa trilha foi realizada no acampamento, no dia 24 de junho de 2023, data significativa por coincidir com o dia de São João, o que contribuiu para a forte adesão das famílias acampadas.

A preparação começou uma semana antes, quando convidei as famílias na plenária do fim de semana. Mapeamos três ambientes distintos dentro do território do acampamento – uma área de mata ciliar que ficava na fronteira do terreno da ocupação (floresta primária), uma área de monocultivo de milho em um dos lotes de uma família acampada (agricultura convencional) e um lote de um acampado que estava testando uma agrofloresta em pequena escala, em início de desenvolvimento. Planejamos o roteiro a partir de perguntas orientadoras e elementos sensoriais para despertar percepções críticas e afetivas sobre os ambientes.

No dia da trilha (Figura 4), reunimos um grupo diverso com 17 pessoas entre mulheres, homens e crianças. Em cada ambiente, aplicamos a mesma metodologia de observação sensível, guiada por perguntas como: “*O que esse ambiente quer dizer para nós?*” e “*Como meu corpo se sente aqui?*”. O contraste entre os espaços se revelou nas falas dos participantes – enquanto a mata trouxe percepções de calma, vida e inspiração, o monocultivo evidenciou ausência de biodiversidade, calor excessivo e desgaste do solo. Já o ambiente agroflorestal, mesmo em início de consolidação, despertou sentimentos de esperança, equilíbrio e biodiversidade de espécies.

Figura 4 – A trilha ecológica.



Fonte: Autoria própria (2023).

A trilha finalizou na plenária com a apresentação do “Triângulo da Vida”, elaborado por Ernst Götsch, que sintetiza os princípios da sucessão natural e do manejo agroecológico. Utilizamos o esquema como forma de consolidar os aprendizados e visualizar as práticas agroflorestais já iniciadas no acampamento. Foi um momento de escuta coletiva das percepções vivenciadas na trilha e também de reflexão sobre o potencial transformador da agrofloresta em acampamentos e assentamentos do MST, enquanto tecnologia social e ecológica.

Finalizamos a atividade com uma proposta de continuidade: o convite para que cada participante trouxesse suas sementes, conectando com os estudos sobre melhoramento genético participativo, saberes das plantas medicinais e a construção do conhecimento camponês. Esta vivência foi fundamental não apenas para o aprofundamento técnico, mas também no sentido de fortalecer o pertencimento, o sentimento de comunidade e participação das famílias no processo de transição agroecológica do território.

Na VU seguinte, pude compartilhar todos esses acontecimentos do meu mais novo agroecossistema com a turma. Nos preparávamos para a nossa Imersão ao Agreste Central e Setentrional de Pernambuco e a vivência mais marcante foi a da implantação de um Sistema Agroflorestal (SAF). Fizemos uma parceria com o grupo intitulado “Jovens Agroflorestores”, um coletivo de jovens estudantes de uma escola municipal, em Vertente do Lério. O professor de geografia - responsável pelo

coletivo - já havia realizado atividades práticas de implantação de SAF para regeneração de áreas degradadas utilizando espécies endêmicas, para proporcionar a realização de um laboratório vivo na construção do conhecimento em SAF's.

Os SAF's são modelos de cultivo que integram árvores com culturas agrícolas e/ou a criação de animais. Baseados nos princípios da agroecologia, esses sistemas promovem uma produção mais sustentável nos aspectos ambiental, social e econômico (Pantera, 2021). Além disso, os SAFs representam uma alternativa eficaz para melhorar as condições de vida no meio rural, contribuir para a segurança alimentar e nutricional e conservar o meio ambiente, sendo esse o principal objetivo da realização desta atividade.

A partir dessa parceria, planejamos coletivamente (de forma remota), o desenho do que seria o SAF a ser implementado em mutirão na nossa visita durante a imersão do semestre. A experiência foi enriquecedora na perspectiva do trabalho coletivo, com organização, planejamento e sistematizado com os principais sujeitos do território. Foi muito importante perceber que com planejamento o trabalho seguiu-se conforme o previsto, sendo executado integralmente e contribuindo para a experimentação técnica de turma. Esse formato de planejamento e execução da atividade prática foi a inspiração para a segunda atividade proposta pela VRC.

A realização da segunda atividade prática no etnoagroecossistema representou um marco significativo no aprofundamento das temáticas estudadas no semestre. Desde o início, a proposta de implantação de um SAF coletivo despertou o entusiasmo das companheiras e companheiros acampados. Havia no ar um sentimento de continuidade – afinal, o acampamento já havia experimentado formas coletivas de produção em roçados consorciados. Contudo, agora, caminhávamos para um novo patamar, com planejamento, metodologia participativa e o fazer agroecológico.

O ponto de partida foi o planejamento participativo, com um momento potente de escuta e deliberação coletiva. Foram construídos importantes acordos em torno do uso e ocupação do solo: ficou proibido o uso de fogo nas áreas produtivas, assim como sementes transgênicas, adubos químicos e agrotóxicos. Também foi pactuado que não se poderia utilizar trator em um raio de 30 metros de cursos d'água e áreas de mata, como forma de proteger as Áreas de Preservação Permanente (APP). Essas decisões foram fruto de muita conversa, escuta e compromisso com a

construção de uma agricultura saudável e com a defesa da vida em todas as suas formas. Além disso, ficou acertado que no dia do mutirão, receberíamos estudantes da UFRPE – dos cursos de Agroecologia e de Ciências Biológicas.

Na noite de 30 de julho, realizamos o planejamento participativo do SAF, que foi iniciado com um resgate da experiência vivida na Trilha Ecológica, atividade anterior que havia despertado reflexões profundas sobre sucessão de espécies e o papel dos elementos naturais no sistema agroflorestal. A partir desse momento, escolhemos coletivamente o espaço onde o sistema seria implantado: uma área de 100 m<sup>2</sup> ao lado do Viveiro da Reforma Agrária.

Definimos os objetivos do SAF junto com os acampados e acampadas: ele serviria como espaço de produção de alimentos, conservação ambiental, recuperação da fertilidade do solo, possibilidade de geração de renda e, sobretudo, como ferramenta pedagógica para a formação agroecológica dentro do território.

Em círculo, no dia anterior ao plantio, realizamos uma tempestade de ideias junto às famílias acampadas para listar o material genético disponível. Reunimos espécies como: banana pacovan, macaxeira santo estevão, jerimum, tomate, feijão (guandu, rosinha, manteiguinha, de porco, macassar), batata-doce, amendoim, caju, tamarindo, mulungu e coqueiro.

A seleção levou em conta a sazonalidade, o clima instável do final do inverno pernambucano e as funções ecológicas de cada espécie, de acordo com a estratificação de cada uma delas. Neste momento desenhamos o mapa do SAF, definindo onde seriam plantadas cada uma das espécies. Foi acordado o plantio em linhas, com espaçamento de 3 metros entre elas e canteiros de 1 metro, facilitando o manejo e o deslocamento na área. As frutíferas (banana, coco, caju, tamarindo) seriam consorciadas com macaxeira, jerimum e tomate. Entre as linhas, plantamos amendoim, batata-doce e feijão guandu, com o mulungu sendo inserido como espécie simbólica, representando a cultura local do mamulengo em Glória do Goitá.

Na manhã seguinte, às 5h, iniciamos o preparo da área. A equipe de trabalho, composta por acampados, foi dividida para realizar as atividades de capina do espaço e o preparo do solo. Outra equipe foi buscar esterco de cabra e boi na vizinhança, adubando a área com material orgânico. Enquanto isso, aguardávamos a chegada das turmas da UFRPE.

Mesmo com o atraso, a recepção foi calorosa. Organizamos uma roda de apresentação com estudantes, educadoras da UFRPE, acampados/as e representantes da Regional<sup>8</sup>. Rapidamente passamos ao momento prático para aproveitar o tempo fresco da manhã, que logo deu lugar a um sol forte.

Formamos equipes de trabalho em duplas e trios para executar as etapas da implantação: plantio, semeadura, cobertura do solo e preparo de leiras. Adotamos a técnica de plantar as espécies maiores primeiro (como bananeiras e macaxeiras), seguidas pelas sementes menores, garantindo um manejo cuidadoso das sementes.

Durante todo o processo, fomos aprendendo e ensinando. Muitos dos participantes estavam em seu primeiro contato com as técnicas de implantação agroflorestal. Aproveitamos esse momento para dialogar sobre como alinhar as bananeiras, plantar a macaxeira corretamente, preparar o canteiro com atenção... O saber foi sendo construído coletivamente, na escuta, na observação e na prática.

O SAF coletivo (Figura 5) passou a existir como espaço de produção, mas também de formação e de fortalecimento da agroecologia no acampamento. A implantação do SAF foi vista como mais do que uma prática agrícola – foi um marco político-pedagógico dentro do território, fortalecendo a organização do setor de produção e a autonomia dos acampados e acampadas.

Figura 5 – Sistema Agroflorestal.



Fonte: Autoria própria (2023).

Essa atividade também teve papel importante na multiplicação de sementes crioulas, oriundas de doações da turma de Agroecologia e da minha vivência na

---

<sup>8</sup> As regionais do MST são agrupamentos de militantes de cada região do país.

Imersão ao Agreste. Assim, a área implantada será também um espaço de preservação da agrobiodiversidade e um laboratório vivo para o aprendizado contínuo, e foi uma experiência prática do Planejamento Participativo realizado com a comunidade do acampamento.

Fazer parte de um movimento social estruturado com décadas de luta, como é o caso do MST, trouxe diversos desafios na aplicação das metodologias propostas pelo curso. Isso se deve, principalmente, à diversidade de famílias presentes no acampamento, que envolve práticas, trajetórias e saberes subjetivos oriundos da cultura camponesa de diferentes regiões. Essa pluralidade exige sensibilidade, escuta ativa e adaptação constante das práticas pedagógicas, de forma a respeitar e integrar as diferentes realidades no processo formativo e nas ações coletivas desenvolvidas no território.

Diante dessa afirmativa, foi possível perceber pela minha vivência que a Agroecologia ainda é uma conceito em construção, pouco conhecida pela maioria das famílias acampadas — embora muitas já a pratiquem em seu cotidiano, mesmo sem nomeá-la dessa forma. Esta afirmativa dialoga com o conceito de Agroecologia enquanto movimento, ciência e prática a partir de uma perspectiva sustentável (Gliessman, 2018), conceito nutrido ao longo de toda nossa formação no BACEP, transpassando diversas dimensões da vida social, política, técnico-produtiva, espiritual, econômica interligadas aos saberes tradicionais.

Por outro lado, os acampados demonstram uma proximidade com as práticas convencionais de produção em grandes monocultivos, conhecendo de perto os impactos negativos provocados pelos grandes latifúndios, pois vivenciaram ou ainda vivenciam as consequências sociais, ecológicas, ambientais e econômicas desse modelo de exploração da terra e dos modos de vida. Isso evidencia a importância de fortalecer a associação entre a Agroecologia e os movimentos sociais ao trabalhar os conceitos e práticas agroecológicas nos territórios de Reforma Agrária, com a diversidade camponesa, contribuindo para a preservação dos ecossistemas, para o fortalecimento das comunidades em busca da justiça social que o processo de transição agroecológica propicia.

O sexto semestre do BACEP, guiado pelo eixo “Atuação e Sistematização no Etnoagroecossistema”, foi marcado pela temática *Gestão da água, poluição e resíduos* por inovar na abordagem pedagógica e aprofundar a questão da

campesinidade da água, suas subjetividades e seus desafios. Foi muito importante vivenciar as aulas dessa temática, principalmente por ter uma pescadora artesanal como colega de turma e ela poder expressar seus saberes e críticas a partir do seu olhar e vivência.

Pude realizar uma pesquisa sobre o etnoagroecossistema ao qual eu estava inserida, que revelou importantes desafios emergenciais, como a escassez hídrica, o uso de caminhões-pipa, a contaminação do Rio Salgado e a ausência de tecnologias de reaproveitamento da água. Também se constatou a inexistência de coleta seletiva ou reaproveitamento de resíduos, embora haja diálogos nas reuniões e encaminhamentos feitos à Prefeitura do município de Glória do Goitá, buscando soluções como lixeiras, caixas d'água e investigação de fontes de poluição. Diante dessa realidade de escassez no território, a água se torna uma riqueza e recurso de sobrevivência para todas famílias acampadas.

Enquanto sujeito de transformação da realidade, segundo Freire (1974), os seres humanos se constituem como sujeitos históricos à medida que atuam criticamente sobre a realidade, construindo cultura e história por meio da práxis. Assim, a comunidade pode compreender o compromisso com a conservação dos recursos disponíveis e, por isso, incentivamos o debate sobre a preservação das matas ciliares presentes, da produção agroecológica, e da investigação das fontes de contaminação nas áreas afetadas.

Outro momento importante foi a imersão no X Seminário Nacional da Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas (SENASEC), que aconteceu no centro de convenções da UFPE. Com o direcionamento temático “Comida saudável: dever do Estado, direito do povo, compromisso camponês”, tive a oportunidade de acompanhar debates importantes acerca das sementes crioulas e agroecológicas, da realidade camponesa e o contexto alimentar do Brasil e também sobre importância da juventude na sucessão rural.

Neste semestre houveram muitos acontecimentos no meu etnoagroecossistema. Foram momentos delicados em relação à convivência no território. Por fazer parte dos processos organizativos do território, enfrentei muitos embates com a comunidade, alguns momentos de muita tensão e risco que me fizeram refletir sobre a continuidade no acampamento. Mesmo com tantos desafios atrelados à vivência neste agroecossistema, continuei resistindo.

### **2.1.6. Estágio Supervisionado Obrigatório**

Nos períodos sétimo e oitavo, a partir do último eixo de formação “Planejamento e Ação no Etnoagroecossistema” e da realização do Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO), minha lente mudou dos etnoagroecossistemas adotados para estas experiências de atuação. Desta forma, trago as atividades realizadas durante o ESO I, na Escola Família Agrícola Padre André (EFAPA) - na região de Correntina (BA), e durante o ESO II, no Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária e Contribuições para Agenda 2030 (PROFOREXT).

#### **2.1.6.1. ESO I - Escola Família Agrícola Padre André - EFAPA**

Com o objetivo geral de observar na prática as dinâmicas e instrumentos da pedagogia da alternância na construção do conhecimento camponês, realizei o ESO I na EFAPA, localizada no município de Correntina, Bahia. A EFAPA surge em 1986 e faz parte da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA e da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - UNEFAB. Atua oferecendo o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, que ocorre por intermédio de vários profissionais de nível superior e parceiros.

A experiência vivenciada possibilitou uma imersão na proposta educativa baseada na Pedagogia da Alternância, que articula teoria e prática de forma contextualizada às realidades camponesas. Durante o tempo que estive na escola pude observar que inserida em uma lógica de formação integral e participativa, a EFAPA propicia um ambiente onde os estudantes constroem conhecimentos vinculados às suas vivências familiares e comunitárias, fortalecendo vínculos com o território e promovendo a valorização dos saberes tradicionais em diálogo com o conhecimento técnico-científico.

Durante o período de 10 a 21 de Junho de 2024, participei de diferentes atividades pedagógicas: rodas de diálogo, visitas a agroecossistemas familiares e reuniões institucionais, porém a aula expositiva sobre Movimentos Sociais foi a mais marcante. Essas experiências permitiram observar como a escola articula seus

instrumentos pedagógicos — como o Plano de Estudo<sup>9</sup>, o Caderno da Realidade<sup>10</sup> e o Serão<sup>11</sup> — na promoção da autonomia dos jovens camponeses, incentivando a autogestão, o protagonismo estudantil e a integração com as famílias e comunidades. A vivência cotidiana na unidade durante o tempo escolar<sup>12</sup>, com sua rotina estruturada pelos núcleos de aprendizagem e pela rotina do internato, evidenciou como a autogestão é parte essencial do processo educativo.

Durante o período de estágio na EFAPA, pude conhecer as dinâmicas educacionais e sociais que caracterizam a instituição. A partir das atividades desenvolvidas durante esse período, observei como a dinâmica da pedagogia da alternância contribui para a construção coletiva do conhecimento, onde a teoria e prática se integram de maneira contextualizada às realidades dos estudantes, suas famílias e suas comunidades.

A partir da alternância entre teoria e prática, as Escolas Famílias Agrícolas auxiliam o/a jovem agricultor e agricultora a se adaptar às necessidades de sua terra e não de uma terra abstrata. Os pais aproveitam deste ensino que eles mesmos têm de complementar no processo formativo. A alternância entre a teoria e a prática não fornece ao jovem o ensino somente dos livros, mas sobretudo, ela lhe abre um grande laboratório, o único onde a consciência é associada à ação, o livro aberto da natureza. (CHARTIER, 1986)

Destaco os processos de autogestão e participação ativa da comunidade na gestão da escola como aspectos fundamentais para garantia e efetividade da proposta educacional, envolvendo estudantes e suas famílias nas decisões, fortalecendo a autonomia e o protagonismo, características importantes para a formação de sujeitos conscientes acerca do seu papel no campo.

A atuação conjunta com os educadores, estudantes e membros da comunidade escolar possibilitou compreender a força de uma gestão participativa, que envolve as famílias na construção e manutenção da proposta pedagógica. A

---

<sup>9</sup> Principal instrumento metodológico, é através dele que serão tecidas todas as temáticas a serem construídas no ano letivo, promovendo uma relação direta entre a vida e o processo de aprendizagem potencializados pela alternância (o tempo escola e o tempo comunidade).

<sup>10</sup> Instrumento no qual os estudantes sistematizam os registros das vivências da realidade, nele o jovem desenvolve todas as suas reflexões com maior aprofundamento.

<sup>11</sup> Instrumento indispensável no ambiente de internato durante o tempo escola, é um dos recursos utilizados para a reflexão sobre os diferentes temas abordados pelo Plano de Estudo, possibilitando debates, rodas de diálogo e místicas.

<sup>12</sup> Tempo de internato na Escola Família Agrícola.

diversidade de práticas desenvolvidas na EFAPA demonstra seu compromisso com uma educação do campo crítica e emancipadora, pautadas por fundamentos da Agroecologia, que reconhece o campo não apenas como espaço de produção, mas como território de vida, de cultura, de luta e pertencimento. Esta experiência me tocou de forma significativa, reafirmando a importância da educação contextualizada na transformação social e na permanência digna dos sujeitos no campo.

#### 2.1.6.2. ESO II - Programa Nacional de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural - Sementes da Mata

A partir do mês de março de 2024, tive a feliz oportunidade de ingressar como bolsista do PROFOREXT. O Programa é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com Instituições de Ensino Superior, sendo 14 universidades e dois institutos federais.

Em Pernambuco, o programa foi nomeado “Sementes da Mata” e é desenvolvido pela UFRPE, por meio do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) e do BACEP. O projeto conta com bolsistas do BACEP, docentes, técnicos residentes, com atuação nos territórios da Zona da Mata e do Agreste.

As ações do PROFOREXT – Sementes da Mata são pautadas por uma proposta de ATER Agroecológica, contribuindo para a assistência técnica para assentamento de reforma agrária e também para uma comunidade quilombola. O programa atua de forma participativa, promovendo a formação de jovens, nomeados como Agente Local de Formação (ALF), por meio da articulação e mobilização através de formações nas diferentes dimensões: técnico-produtiva, acesso à políticas públicas, processamento de alimentos e educação financeira, realizadas nos 10 territórios assistidos<sup>13</sup>, sendo 9 assentamentos e 1 comunidade quilombola.

Pude contribuir diretamente com as atividades desenvolvidas em três dos Assentamentos acompanhados, ao mesmo tempo em que participava de todas as

---

<sup>13</sup> Assentamento Che Guevara, Assentamento Maré, Assentamento Canavieiras, Assentamento Paquevira, Assentamento Natal/Belo Horizonte, Assentamento Chico Mendes I, Assentamento Penedinho, Assentamento Dom Helder, Assentamento Recreio e Comunidade Quilombola Riacho de Pedra.

demais formações realizadas nos outros territórios acompanhados por outras bolsistas. Junto à juventude camponesa, representada pelos ALFs, articulei e acompanhei ações nos assentamentos Maré, em Aliança; Che Guevara, em Moreno; e Canavieiras, em Glória do Goitá.

Inspiradas nos princípios das metodologias participativas — amplamente conhecidas e aplicadas pelos movimentos sociais —, as atividades foram construídas de forma coletiva, promovendo processos de formação e oficinas que possibilitaram o compartilhamento de saberes e o fortalecimento do acesso a direitos fundamentais dos agricultores e agricultoras. Entre as ações realizadas, destacam-se as formações sobre quintais agroecológicos e beneficiamento de alimentos, além da organização de um grande mutirão, em parceria com o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que viabilizou a realização de 67 Cadastros da Agricultura Familiar, bem como a emissão de Contratos de Concessão de Uso (CCU) e Relações de Beneficiários. Essas conquistas demonstraram o potencial transformador da atuação do programa, aliando conhecimento técnico, organização popular e construção coletiva para fortalecer os territórios e a luta pela soberania e dignidade no campo.

Estas experiências ampliaram a lente da minha atuação enquanto agroecóloga-educadora, mergulhando na práxis de uma Extensão Rural que vai na direção contrária da convencional. Uma prática que reconhece a necessidade dos diversos territórios, exercitando a intervenção pedagógica participativa para atuar na transformação das diferentes realidades encontradas.

## 2.2 TEMÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

### 2.2.1 Movimento social e Agroecologia

O BACEP foi um curso criado por uma grandiosa rede de articulação onde os Movimentos Sociais puderam contribuir fortemente na inserção do público alvo desta formação: os povos dos campos, das águas, das florestas. Desde os primeiros momentos na graduação, pude perceber a diversidade de movimentos sociais presentes, através dos colegas da turma, dos debates realizados, das imersões aos diferentes territórios e refletindo às dinâmicas de autogestão de cada turma em suas realidades.

Os movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento Camponês Popular (MCP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros, têm desempenhado papel fundamental na consolidação da agroecologia como campo de conhecimento e prática política no âmbito da educação formal. Essas organizações foram protagonistas na luta pelo reconhecimento da educação do campo como um direito, pautando políticas públicas que assegurassem o acesso e a permanência de camponeses, quilombolas e povos tradicionais nas instituições de ensino (Caldart, 2004).

Através da escrita deste memorial, pude perceber que durante minha vida tive muitos encontros com o Movimento Social mesmo que ainda sem compreender - pela imaturidade ou pelo contexto - a sua importância na história das populações tradicionais. Quando criança, na rua em que eu morava, no bairro da Imbiribeira, ficava localizado o Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar do estado de Pernambuco (SINDICAPE). Por muitas vezes, vi passar em frente a minha casa, várias famílias militantes com bandeiras do MST, suas enxadas e ferramentas à punho em direção às reuniões realizadas no Sindicato.

Como uma boa curiosa que sou, sempre perguntava à minha avó quem eram aquelas pessoas e ela sempre respondia que eram agricultores, e que assim como eles, o pai dela também foi um camponês. Apenas depois de muitos anos de estudo e leitura fui compreender que a questão agrária do país era um problema que atravessava gerações, um problema colonial. Como nos aponta Souza (2018):

A questão da terra no Brasil é um problema latente, e não resolvido. Resultado de um projeto colonialista assentado nas bases do latifúndio da monocultura e do trabalho escravo, o território brasileiro foi forjado sobre a expropriação de indígenas, quilombolas e camponesas. Por outro lado, esse processo gestou também as bases para a resistência dos povos do campo. Cada uma a seu modo, as populações têm lutado para garantir seus territórios (Souza, 2018, p.65).

Na minha trajetória de encontro com a Agroecologia e o Movimento Social, identifico dois grandes momentos marcantes acerca destas temáticas: minha inserção no movimento por moradia na cidade na ocupação urbana com proposta agroecológica e minha entrada no MST, ambos inseridos no contexto da questão agrária.

A partir do quinto semestre, no encontro com o Movimento Social pela Reforma Agrária, fui permeada pela sensação de pertencimento e de acesso à complexa rede de dimensões a que se propõe a Agroecologia. Ao vivenciar um

território de resistência e luta pelo acesso à terra, compartilhando saberes com dezenas de camponeses e camponesas, pude desenvolver com criatividade e envolvimento as potencialidades enquanto agroecologia-educadora. Senti segurança em mediar atividades pedagógicas, participar ativamente do processo organizativo, ter sensibilidade na escuta e leitura das necessidades que moram nas subjetividades dos sujeitos e me reconhecer uma identidade que me aproxima e me liga à ancestralidade.

### **2.2.2 Extensão rural agroecológica**

A Extensão Rural Agroecológica (ERA) vem se consolidando como um modelo alternativo e necessário frente à crise ambiental, social e econômica que envolve os sistemas agroalimentares. Trata-se de um processo de intervenção planejada, de caráter educativo e transformador, que tem como base metodologias participativas e de investigação-ação, priorizando o diálogo de saberes entre técnicos e agricultores em busca da construção coletiva do conhecimento, a partir das realidades locais, respeitando os contextos socioculturais, políticos e ambientais nos quais os sujeitos estão inseridos (Caporal, 2001; 2015; 2017).

Isso se refletiu bastante durante a minha atuação no Programa Nacional de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária e Contribuições para Agenda 2030 (PROFOREXT) a partir das intervenções nos diferentes territórios de atuação com o tecer das metodologias participativas, da mediação dialógica dos processos vividos e do acompanhamento das demandas elencadas pelos sujeitos do lugar.

Diferentemente da Extensão Rural Convencional, marcada por uma lógica difusionista, hierarquizada e tecnicista — especialmente difundida no Brasil a partir da década de 1940 e fortalecida com a Revolução Verde nos anos 1960 —, a ERA surge como crítica a esse modelo hegemônico. A prática extensionista tradicional contribuiu diretamente para a disseminação da agricultura industrial capitalista, baseada em pacotes tecnológicos: uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes transgênicas e técnicas de monocultivo, gerando impactos profundos na saúde das pessoas, no equilíbrio dos agroecossistemas e na agrobiodiversidade.

Nesse processo, o planejamento participativo assume papel fundamental como ferramenta metodológica e política. Trata-se de um instrumento que rompe com a centralização do poder e com a hierarquia verticalizada, promovendo uma forma de planejar baseada na escuta, na construção coletiva e na valorização das subjetividades. O planejamento participativo não se limita à organização de metas ou cronogramas, mas visa compreender, de forma integrada, os objetivos e as intenções que orientam a ação no território — em suas dimensões ideológicas, práticas e simbólicas.

Esse tipo de planejamento parte do reconhecimento do marco referencial, ou seja, da leitura situacional do território e da realidade em que se insere o grupo social. A partir dessa leitura crítica, os sujeitos são levados a refletir sobre os objetivos que pretendem alcançar e as transformações que desejam construir. Como destaca Caporal (2015), a ERA pressupõe que os processos extensionistas devem contribuir para que os sujeitos sociais atuem conscientemente sobre a realidade, em busca de soluções sustentáveis e equitativas.

A convivência com o território, portanto, torna-se base para a formulação de propostas que respeitem as especificidades locais. O planejamento participativo se estrutura a partir de processos internos — a escuta e compreensão das necessidades e objetivos da comunidade — e externos — a ação transformadora inspirada na justiça social. Assim, não basta entender o território; é necessário saber qual caminho se pretende trilhar com e a partir dele.

Portanto, a ERA e o planejamento participativo constituem elementos centrais de uma nova práxis extensionista. Juntos, promovem a emancipação dos sujeitos do campo e a construção de territórios mais justos, sustentáveis e enraizados em seus próprios saberes e formas de organização social.

### 3 CONCLUSÃO

A minha formação, durante estes anos de graduação, representa o fortalecimento da minha identidade e propósito humano-profissional. Ao vivenciar o mergulho nas metodologias que sustentam o curso, como é o caso das imersões, dos grupos de autogestão, das culminâncias, das aulas e debates participativos, pude tecer as bases para me tornar uma agroecóloga-educadora fundamentada numa práxis humana potente.

Estar no processo formativo nunca foi fácil, e encontrei muitos desafios na minha caminhada. Eles constituíram o trilhar e firmaram meu objetivo. Reconhecer, através deste memorial acadêmico, o trabalho realizado até aqui me enche de força e determinação. A cada escolha tomada, este curso-casa se mostrou sensível, na certeza da importância do meu papel pedagógico, me dando confiança e autoestima para sonhar.

Sinto que, a partir desta formação, construí o meu eu-educadora, com capacidade e potencial para mediar e fortalecer processos pedagógicos e participativos na dimensão da Extensão Rural Agroecológica, nos processos formativos escolares, na atuação política e social, desempenhando, com sensibilidade e coragem, caminhos possíveis para a transformação e justiça social.

Em minha andança, buscarei seguir acompanhada da prática crítica de ação-reflexão-ação em minha função educativa, atenta no olhar das diversas realidades que compõem os processos na Agroecologia.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.
- VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010, p.62.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 39. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CAPORAL, Francisco. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001. p. 36.
- CAPORAL, Francisco. R. **Extensão e Agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Recife: Ed. do coordenador, 2015.
- CAPORAL, Francisco. R.; DAMBRÓS, O. **Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites**. Redes (St. Cruz do Sul Online), v. 22, n. 2, p. 275-297, 30 abr. 2017.
- CHARTIER D. A l'aube des formations par alternance: **histoire d'une pédagogie associative dans le monde agricole et rural**. Paris: Messonance, Éditions UNMFREO 1986.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GLIESSMAN, Stephen R. Defining Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 599 - 600, 2018.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – 10 anos de conquistas**. Brasília: INCRA/MDA, 2010.
- LIMA, Jorge Roberto Tavares. **Camponês Caranguejo**. 2020, p.6.
- MST. **Agroecologia e o MST**. 24 out. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- PANTERA, A., MOSQUERA-LOSADA, MR, HERZOG, F. *et al.* **Agroforestry and the environment**. *Agroforest Syst* 95, 767–774, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10457-021-00640-8>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- SOUZA, Murilo M. O. **Educação no campo: lutas, experiências e reflexões**. Ed. Univ. Estadual de Goiás, pg 65. 2018.

UFRPE. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agroecologia.** Recife, 2023